

Omissão inconveniente

A investigação sobre a autoria dos grampos ilegais na Bahia, que envolve o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), trará implicações políticas ainda não mensuradas. Os parlamentares, mesmo os do partido do senador, reconhecem que a sua participação no episódio, se confirmada pelas investigações, representa um crime grave contra o estado democrático e de direito. Ao mesmo tempo, temem as consequências políticas e eleitorais de uma decisão, qualquer decisão — a preservação de seu mandato ou a cassação.

O PFL já decidiu que vai lutar com todas as armas para preservar o mandato do senador. Há razões de ordem política e pessoal para isso. ACM, mesmo sendo um líder individualista no partido, é um dos seus mais importantes representantes. O partido fará uma guerra de guerrilha na Comissão de Ética e no plenário para impedir a cassação. Na avaliação pefelista, desta vez, o caso é muito diferente daquele em que foi investigada a participação do senador na violação do painel eletrônico da Casa. Na época, ACM renunciou ao mandato. Foi uma derrota, mas ele tinha logo à frente a chance de se redimir, disputando uma nova eleição. Em outubro passado, ACM conquistou outro mandato no Senado.

Desta vez, acreditam os pefelistas, a renúncia já não é uma alternativa. Antonio Carlos Magalhães teria de esperar pelo menos quatro anos até poder disputar outro mandato com alguma segurança de vitória. Terá

79 anos. Brigar pela Prefeitura de Salvador, no ano que vem, é um risco, porque a oposição — leia-se, o PT — tem se saído melhor nas disputas eleitorais na cidade. O atual ministro do Trabalho, Jaques Wagner, candidato a governador da Bahia no ano passado, ganhou na capital, mas

perdeu no resto do estado para o candidato de ACM, Paulo Souto. Por pouco, aliás, Wagner não força a realização do segundo turno.

Sem proximidade de uma eleição que o recoloque no poder, tudo indica que ACM enfrentaria o Conselho de Ética até o fim, correndo o risco da cassação. A renúncia interrompe o processo de cassação e preserva os direitos políticos do acusado. A cassação seria, na avaliação dos colegas, um ocaso melancólico e humilhante para ACM. Esse possível desfecho sensibiliza os parlamentares, mesmo os que reconhecem a gravidade da denúncia contra o senador.

Os partidos de oposição, e até aliados do PT, comportam-se como se esse fosse um problema só do governo. É conveniente do ponto de vista político. Ficaria o governo Lula com o ônus de escolher uma das seguintes alternativas: defender um aliado e enfrentar possíveis reações contrárias da opinião pública ou ajudar a mandá-lo para casa e provocar a ira dos parlamentares sob influência de ACM no Congresso e do PFL como um todo. Nenhum grande partido quer se envolver no caso, tanto que está difícil encontrar um nome para relatar o processo de investigação — a presidência está com o PMDB. Pode ser uma tarefa a ser dividida entre vários parlamentares.

Pela seriedade das acusações, este é um daqueles casos em que a omissão não cabe. PMDB, PSDB e o próprio governo terão de tomar alguma posição a alguma altura do caminhar dos trabalhos da Comissão de Ética para dar uma resposta à sociedade e a alguns de seus próprios pares, vítimas do grampo clandestino.

Silenciar equivale a respaldar um método de conduta política que tolera a supremacia dos interesses particulares e pessoais sobre os interesses e responsabilidades do estado. O que está em questão é uma prática política e justamente por isso o caso é grave. Até agora, a investigação parece destinada a ser espichada o máximo possível, na esperança de que não surjam novas denúncias e a história caia no esquecimento, engolfada por notícias mais recentes e igualmente escandalosas. É o pior que pode acontecer.

